

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento na Zona da Mata de PE, lócus desta pesquisa, por muito tempo não estava atrelado ao termo sustentável devido à tradição de cultivo, principalmente, da cana de açúcar realizada por longos períodos. No entanto, é interessante que exista uma gestão ambientalmente consciente que possa sensibilizar a população para os benefícios de ações conjuntas em prol do meio ambiente.

Para a eficácia das políticas ambientais públicas é preciso conciliar as opiniões dos segmentos da sociedade, tendo em vista que “Gestão ambiental é o processo de mediação de interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal” (QUINTAS, 2006, p. 30).

## OBJETIVO

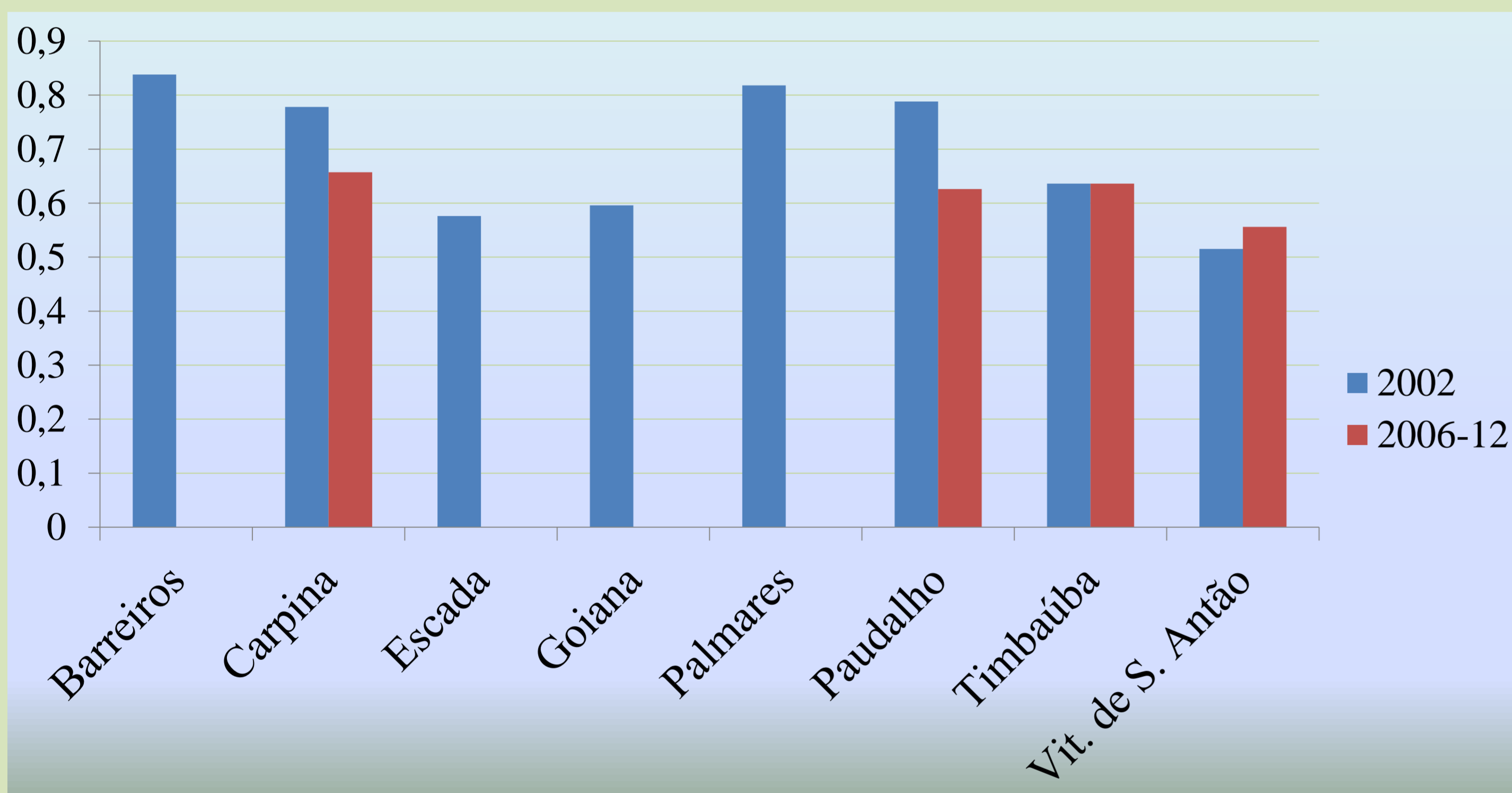
O objetivo geral da pesquisa foi contribuir para a melhoria da atuação dos governos municipais, especialmente por meio do conhecimento acerca da evolução recente das alterações nas condições ambientais nos seus territórios, do avanço na utilização de instrumentos de gestão pelos respectivos governos, bem como das causas das alterações e da não utilização dos instrumentos de gestão destinados a atenuá-las.

## METODOLOGIA

Foi aplicado entre os anos de 2006 e 2012, o mesmo questionário elaborado pelo IBGE (2005) e, a partir de suas respostas, foi possível a construção dos índices: IPA (Índice das Pressões Antrópicas) e IAPAM (Índice de Atenuação das Pressões Antrópicas pelos Governos Municipais) (PEDROSA *et al.*, 2006). Realizou-se a investigação sobre a existência e o funcionamento de instrumentos de políticas públicas ambientais como o *Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos* e o *Plano Diretor Municipal*.

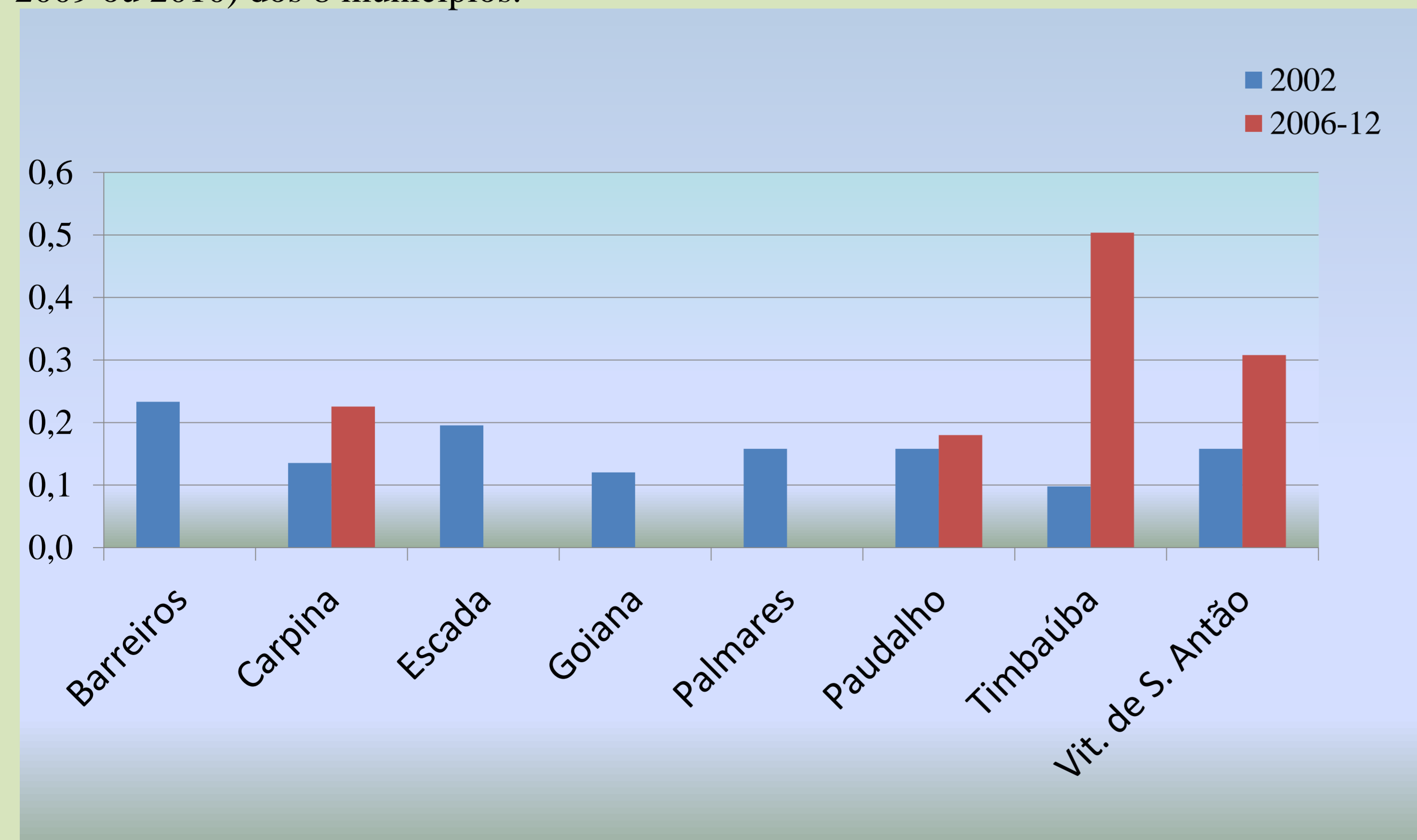
## RESULTADOS

**Gráfico 1** - Zona da Mata de Pernambuco - Índices das Pressões Antrópicas (IPA) de 2002 e ano mais recente (2006, 2009 ou 2010) dos 8 municípios.



Os dados revelam piora nas condições ambientais de Carpina e Paudalho, uma situação inalterada em Timbaúba e leve melhora em Vitória de Santo Antão, na avaliação dos gestores.

**Gráfico 2** - Zona da Mata de Pernambuco - Índices de Atenuação das Pressões Antrópicas Pelos Governos Municipais (IAPAM) de 2002 e ano mais recente (2006, 2009 ou 2010) dos 8 municípios.



Infere-se que os municípios estão bastante aquém do nível ideal, que seria representado pelo índice 1, em relação à execução de ações que objetivem preservar ou recuperar o ambiente. Vitória de Santo Antão, em 2010, apresentou um relativo crescimento de seu índice, bem como os municípios de Carpina (em 2006) e Paudalho, embora não tenham atingido o nível desejado. Timbaúba, em 2002, apareceu como o segundo objeto de pesquisa com índice mais preocupante. Após dez anos, o índice apresentou um aumento em torno de 400%.

## INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GESTÃO AMBIENTAL:

### ✓ PLANO DIRETOR MUNICIPAL

A fundamentação desta ferramenta está na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, ou Estatuto da Cidade, no capítulo III, no art. 40 abordado da seguinte maneira: “O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana”.

O PDM é o meio mais utilizado frente aos desafios ambientais e a legislação ambiental reforça a importância ao afirmar que auxilia além do desenvolvimento econômico, a justiça social, tendo em vista ser participativo – gestão pública e sociedade. Torna-se obrigatória a elaboração deste instrumento para municípios acima de vinte mil habitantes, e a cada dez anos a lei que instaura o Plano Diretor deverá ser revista.

As questões centrais que o PDM aborda em relação ao meio ambiente são: a função social da propriedade; controle do uso e ocupação do solo; instrumento de políticas fundiárias; zoneamentos e avaliação de zoneamentos; entre outros.

### ✓ PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos é um levantamento da atual condição do sistema de limpeza urbana e o estabelecimento de objetivos, diretrizes, programas, ações e metas, com o objetivo de superar as inadequações da situação atual. Tem por finalidade elencar alternativas viáveis no campo municipal e regional, bem como visar ações e diretrizes integradas em todas as fases da gestão de resíduos sólidos.

Engloba desde a sua geração à disposição final, ou seja, subsidiando as Prefeituras na solução dos seus problemas na área de saneamento ambiental e da saúde pública, no contexto municipal e regional, como também no fortalecimento institucional, propondo modelos gerenciais compatíveis com as realidades da região. As informações utilizadas neste relatório foram cedidas pelo PROMATA.

- ✓ O Município de Barreiros apresenta uma grande degradação ambiental, de certo modo devido à inadequada operação do sistema de limpeza urbana;
- ✓ Em Carpina, a inexistência de unidades de triagem, compostagem e aterros; assim a criação de um plano de monitoramento, o qual busca a realização efetiva tanto do acompanhamento gerencial quanto da avaliação de desempenho das atividades (quando implantadas) torna-se bastante necessária;
- ✓ Escada, Paudalho Timbaúba têm como proposta do PGIRS estabelecer um *Sistema de Coleta Seletiva de Resíduos*.

## CONCLUSÃO

- A fim de atingir o desenvolvimento sustentável é necessária a utilização dos instrumentos de gestão ambiental;
- É preciso informar e sensibilizar os cidadãos; esta é uma das propostas da Agenda 21, para atingir o objetivo principal;
- A sensibilização irá refletir direta e positivamente no IPA, pois com a informação, a tendência é diminuição da interferência antrópica;
- E o emprego das políticas públicas incidiria no IAPAM, tendo em vista que a existência de unidades destinadas ao assunto ambiental auxiliaria na conservação e recuperação do ecossistema municipal;
- Observa-se, então, que há a necessidade de grande esforço por parte da gestão municipal no sentido de implementar processos de minimização de danos;
- A gestão pública ambiental é a peça chave para promover o desenvolvimento econômico administrando de maneira sustentável os recursos disponíveis junto ao meio ambiente no qual estão inseridos;
- A fim de atingir o desenvolvimento sustentável desejado é necessária a utilização dos instrumentos de políticas públicas de gestão ambiental. À exemplo do Plano Diretor Municipal, o qual planeja as ações públicas, a partir de diagnósticos da situação econômica, social, ambiental, etc..

## REFERÊNCIAS

- IBGE. *Perfil dos municípios brasileiros: Meio Ambiente 2002*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- PEDROSA, Ivo V.; REIS, André C.; SILVA, Erasto M. da. *Políticas públicas municipais relacionadas com a melhoria do ambiente urbano no Estado de Pernambuco: limitações e possibilidades*. In: III Encontro da ANPPAS, 2006, Brasília. Anais do III Encontro da ANPPAS. Brasília: ANPPAS, 2006.
- QUINTAS, José Silva. *Introdução à gestão ambiental pública*. 2ª ed. revista. – Brasília: Ibama, 2006.